



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA**

**L E I Nº 083**

**DE 31 DE MARÇO DE 1993**

Dispõe sobre a estrutura e funcionamento da Administração Pública do Município de Moita Bonita e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE,**

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

**CAPÍTULO I**

**Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º.** A Administração Pública Municipal é dirigida, em nível hierárquico superior pelo Prefeito de Moita Bonita, com o auxílio dos Chefes de Divisões.

**Art. 2º.** A Administração Municipal é compreendida da Administração Direta, constituída pelos órgãos integrantes do Gabinete do Prefeito, Assessoria Técnica, as Divisões e os órgãos integrados nas suas estruturas administrativas.

**Parágrafo único** - Os órgãos da Administração Direta se relacionam por vínculos hierárquicos com subordinação última ao Prefeito Municipal.

**CAPÍTULO II**

**DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Seção I**

**Da Estrutura Organizacional Básica**

**Art. 3º.** A estrutura organizacional básica da Administração Direta do Município compreende os seguintes órgãos:

**I - ÓRGÃOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO;**

. Gabinete do Prefeito; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

2

L E I Nº 083

DE 31 DE MARÇO DE 1993

. Assessoria Técnica.

II -- ÓRGÃOS DE NATUREZA INSTRUMENTAL:

- . Divisão de Administração; e
- . Divisão Tributária e Financeira.

III - ÓRGÃOS DE NATUREZA OPERACIONAL:

- . Divisão de Saúde e Ação Social;
- . Divisão de Educação, Esporte e Lazer; e
- . Divisão de Obras e Serviços Urbanos.

Seção II

Das Competências Básicas

Subseção I

Gabinete do Prefeito

**Art. 40.** É da competência do Gabinete do Prefeito:

I - Assistência direta e imediata ao Prefeito Municipal no desempenho de suas atividades políticas e administrativas;

II - Administração da sede do Executivo;

III - Organização e controle de audiências públicas e agenda do Chefe do Executivo Municipal;

IV - Adoção de medidas propiciadoras de permanente integração Governo Municipal/Sociedade Civil;

V - Coordenação e controle do transporte oficial colocado a serviço do Prefeito Municipal;

VI - Coordenação e controle das atividades de representação administrativa do Prefeito em outros locais; e

VII - Transmissão e controle da execução das ordens emanadas do Governo Municipal.

Subseção II

Assessoria Técnica

**Art. 50.** É da competência da Assessoria Técnica:

I - Assessoramento ao Prefeito no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

3

L E I Nº 083

DE 31 DE MARÇO DE 1993

II - Coordenação e controle da elaboração e encaminhamento de Mensagens e Projetos de Lei à Câmara Municipal de Vereadores;

III - Preparação de contratos, convênios e outros instrumentos legais;

IV - Assessorar o Prefeito na execução da política administrativa de pessoal, material, patrimônio e de serviços auxiliares;

V - Prestar assistência técnica ao Executivo Municipal na execução da política financeira, fiscal e da administração da arrecadação tributária;

VI - Atividades de assessoramento para a política de desenvolvimento do Município nas áreas de planejamento, desenvolvimento urbano, habitação, saúde, educação, ação social, agropecuária, obras e modernização da administração pública municipal;

VII - Elaboração e/ou atualização de procedimentos normativos do uso do solo, ante-projeto de lei de zoneamento, código tributário, de urbanismo, de obras e de postura;

VIII - Desenvolvimento de atividades relativas a obtenção de recursos financeiros junto a estabelecimento de crédito e/ou entidades governamentais; e

IX - Promoção da defesa em juízo ou fora dele, dos interesses e direitos dos Municípios.

Subseção III

Divisão de Administração

**Art. 6º.** É da competência da Divisão de Administração:

I - Administração de pessoal, material, serviços auxiliares, patrimônio móvel e imóvel;

II - Administração de recursos humanos;

III - Coordenação das atividades de compras;

IV - Controle dos serviços auxiliares; e

V - Previdência e assistência social ao servidor público municipal.

Subseção IV

Divisão Tributária e Financeira

**Art. 7º.** É da competência da Divisão Tributária e Financeira:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

4

L E I Nº 083

DE 31 DE MARÇO DE 1993

- I - Administração financeira;
- II - Administração tributária;
- III - Política fiscal e extrafiscal;
- IV - Arrecadação e fiscalização;
- V - Serviços de contabilidade;
- VI - Controle de títulos e valores imobiliários; e
- VII - Registros e controle contábil do patrimônio do

Município.

Subseção V

Divisão de Saúde e Ação Social

**Art. 89.** É da competência da Divisão de Saúde e Ação Social:

- I - Política municipal de saúde e ação social;
- II - Administração de creches e de centros sociais;
- III - Ação preventiva de saúde pública;
- IV - Fornecimento gratuito de medicamentos básicos através rede pública municipal de saúde;
- V - Desenvolvimento comunitário;
- VI - Promoção e orientação sobre a criação de associações e outros tipos de organização comunitária;
- VII - Fiscalização sanitária;
- VIII - Assistência médicas, paramédicas e odontológicas a comunidade do Município;
- IX - Serviços hospitalares; e
- X - Assistência ao trabalhador.

Subseção VI

Divisão de Educação, Esporte e Lazer

**Art. 90.** É da competência da Divisão de Educação, Esporte e Lazer:

- I - Sistema municipal de ensino;
- II - Política do magistério;
- III - Administração de Praça de esportes e áreas de lazer;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

5

L E I Nº 083

DE 31 DE MARÇO DE 1993

- V - Desenvolvimento de esportes;
- VI - Assistência ao educando;
- VII - Orientação e supervisão escolar; e
- VIII - Organização de eventos esportivos e outras manifestações populares.

Subseção VII

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

**Art. 10.** É da competência da Divisão de Obras e Serviços Urbanos:

- I - Desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com obras públicas municipais;
- II - Assistência rodoviária aos povoados;
- III - Acompanhamento e fiscalização da construção, melhoramento e conservação de obras de engenharia civil no município;
- IV - Limpeza, coleta e destinação final do lixo urbano;
- V - Urbanização e iluminação pública;
- VI - Administração de feiras livres, mercados, matadouros, cemitérios, parques, praças e jardins; e
- VII - Preservação do meio-ambiente.

CAPÍTULO III

Das Disposições Complementares

**Art. 11.** A reorganização administrativa definida nos termos desta Lei será implantada gradativamente, de acordo com as disponibilidades de espaço físicos e recursos financeiros do Município.

**Art. 12.** A mudança e denominação da estrutura administrativa indicada nesta Lei implica na extinção dos órgãos anteriormente criados e a alteração nas respectivas lotações.

**Parágrafo único** - o pessoal lotado nos órgãos extintos de acordo com o "caput" deste artigo, bem como os respectivos materiais e bens móveis, serão remanejados para os órgãos da Administração Municipal criados por esta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

6

L E I Nº 083

DE 31 DE MARÇO DE 1993

Divisões:

**Art. 13.** Fica criada a Assessoria Técnica e as seguintes

- I - Divisão de Administração;
- II - Divisão Tributária e Financeira;
- III - Divisão de Saúde e Ação Social;
- IV - Divisão de Educação, Esporte e Lazer; e
- V - Divisão de Obras e Serviços Urbanos.

**Art. 14.** São Chefes de Divisão:

- I - Chefe da Divisão de Administração;
- II - Chefe da Divisão Tributária e Financeira;
- III - Chefe da Divisão de Saúde e Ação Social;
- IV - Chefe da Divisão de Educação, Esporte e Lazer; e
- V - Chefe da Divisão de Obras e Serviços Urbanos.

**Art. 15.** Para fins desta Lei, ficam criados:

- I - 01 (hum) cargo em comissão de natureza especial de Chefe da Assessoria Técnica, Símbolo (CNE-1);
- II - 03 (três) cargos em comissão de Assessor Técnico I, Símbolo CC-1;
- III - 05 (cinco) cargos em comissão de Assessor Técnico II, Símbolo CC-2;
- IV - 05 (cinco) cargos em comissão de Assessor Técnico III, Símbolo CC-3;
- V - 10 (dez) cargos em comissão de Assessor Técnico IV, Símbolo CC-4;
- VI - 01 (hum) cargo em comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo CC-4;
- VII - 05 (cinco) cargos em comissão de Chefe de Divisão, Símbolo CC-4;
- VIII - 10 (dez) funções de confiança de Encarregado de Serviços I, Símbolo FC-1;
- IX - 30 (trinta) funções de confiança de Encarregado de Serviços II, Símbolo FC-2;
- X - 20 (vinte) funções de confiança de Encarregado de Serviços III, Símbolo FC-3; e
- XI - 10 (dez) funções de confiança de Encarregado de Serviços IV, Símbolo FC-4.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

7

LEI Nº 083

DE 31 DE MARÇO DE 1993

§ 1º. Os cargos em comissão e as funções de confiança criados conforme discriminação no "caput" deste artigo terão vencimentos e representação, fixados no anexo único desta Lei.

§ 2º. Os cargos em comissão de Assessor Técnico I, II, III, IV e Chefe de Divisão serão lotados nos órgãos do Executivo Municipal, a critério do Prefeito, e os seus titulares exercerão as atribuições conferidas nos atos legais e regulamentares de organização ou estruturação dos órgãos onde estejam lotados.

Art. 16. Respeitados os poderes constitucionais assegurados a Câmara de Vereadores, o Prefeito Municipal regulará através de Decreto, a estruturação ou organização, as competências e o funcionamento dos órgãos da Administração Municipal.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 17. As atividades da Administração Municipal tem por objetivo único a promoção e defesa dos interesses que a Constituição, a Lei Orgânica do Município, e as leis qualificarem como próprios da coletividade.

Art. 18. Entre as condições indispensáveis para assegurar a eficácia ao controle externo, o Poder Executivo Municipal adotará mecanismos tendentes a evitar desvios de finalidade da Administração Municipal.

Art. 19. Para alcançar o objetivo de que trata o Art. 17 desta Lei, as atividades da Administração Municipal reger-se-ão pelos princípios e instrumentos de ação estabelecidos neste título.

CAPÍTULO II

Dos Princípios Fundamentais e dos Instrumentos Básicos da Ação Administrativa

Art. 20. A legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e a eficácia administrativa são princípios fundamentais da Administração Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÓITA BONITA

8

L E I Nº 083

DE 31 DE MARÇO DE 1993

**Art. 21.** São instrumentos básicos de ação administrativa:

I - Planejamento, direcionado a integração de iniciativas, aumento do teor de racionalidade nos processos de decisão de alocação de recursos e combate a formas de desperdício, de paralelismo e de distorções administrativas;

II - A coordenação, direcionada a atuação harmoniosa dos dirigentes dos órgãos da Administração Municipal;

III - A descentralização, direcionada a transferência de atribuições administrativas do Município para outras pessoas coletivas ou naturais;

IV - A delegação de competência, direcionada a transferência de atribuições entre autoridades de diferentes níveis hierárquico;

V - O controle e a avaliação, direcionados ao conhecimento, acompanhamento, exame crítico e perfeição jurídica das atividades administrativas; e

VI - A desburocratização, direcionada a simplificação contínua dos processos de ação administrativa e a facilitação do acesso da comunidade aos órgãos da Administração Municipal.

CAPÍTULO III

Da Política de Pessoal

**Art. 22.** As relações jurídicas entre a Administração e os seus servidores pautar-se-ão pelas seguintes diretrizes básicas:

I - Valorização e dignificação do servidor e da função pública;

II - Profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público;

III - Adoção de critérios, de concurso público para ingresso no serviço público, e de mérito para acesso a função superior e escolha dos ocupantes de funções de direção superior e assessoramento;

IV - Constituição de quadros dirigentes, mediante a formação e aperfeiçoamento de administradores capacitados, de forma a garantir a qualidade, produtividade e continuidade da ação administrativa, em consonância com os deveres funcionais estabelecidos em Lei;

V - Fixação de número de servidores, de acordo com as reais necessidades de funcionamento de cada órgão; e



L E I Nº 083

DE 31 DE MARÇO DE 1993

**VI** - Adoção de providências para a permanente verificação de pessoal ocioso na Administração Municipal, a fim de promover sua absorção nas atividades do mesmo ou de outro órgão.

**Art. 23.** As normas regulamentares relativas ao pessoal do serviço público serão ajustadas as diretrizes estabelecidas no Art. 22 desta Lei.

**TÍTULO III**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 24.** Para a execução desta Lei, fica autorizado o Poder Executivo a:

**I** - Transformar cargos em comissão em funções de confiança ou em outros cargos de igual natureza, respeitada a classificação dos mesmos e desde que não resultem em aumento de despesas;

**II** - Transformar funções de confiança em cargos em comissão ou em outras funções de igual natureza, observadas as condições do inciso I;

**III** - Fazer a transposição de cargos em comissão, e de funções de confiança, no âmbito da Administração Municipal;

**IV** - Rever e/ou definir competências e objetivos de órgãos, de modo a evitar paralelismo de atividades;

**V** - Proceder as necessárias transferências de dotações orçamentárias e financeiras, bem como dos saldos de recursos consignados, destinados ou transferidos, que venham a ser exigidas pela extinção ou transformação de órgãos, ou mesmo pelas alterações das respectivas competências; e

**VI** - Abrir, no corrente exercício, crédito especial para ocorrer com as despesas de implantação e funcionamento dos órgãos criados, transformados ou que tenham suas áreas de competência alteradas, até o limite dos valores já consignados no orçamento do Município para os órgãos extintos ou transformados, bem como para os programas, projetos e atividades que estão sendo transferidos, utilizando-se como fonte de recursos, para abertura do referido crédito, a anulação daqueles mesmos valores consignados.

**§ 1º.** Para efeito das providências referidas no inciso IV deste artigo, a revisão e/ou definição de competências e objetivos dos órgãos da Administração Municipal serão implantadas por etapas, a medida em que se forem ultimado as condições de sua execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

10

L E I Nº 083

DE 31 DE MARÇO DE 1993

§ 2º. A abertura de crédito a que se refere o inciso IV, do "caput" deste artigo, far-se-á com observância ao disposto no Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 25. O Prefeito Municipal, promoverá o remanejamento do pessoal, material e dos bens móveis dos extintos órgãos da Administração Municipal.

Art. 26. Os órgãos criados por esta Lei terão suas lotações preenchidas por servidores dos demais órgãos da Administração Municipal, de forma a evitar o aumento das despesas de custeio.

Art. 27. Serão de livre nomeação e designação do Prefeito Municipal os titulares dos cargos em comissão e os ocupantes de funções de confiança criados conforme o disposto no Art. 15 desta Lei.

Art. 28. Ficam extintos os cargos em comissão ou as funções gratificadas e/ou de confiança existentes até 28 de fevereiro de 1993.

Art. 29. Até que sejam expedidos os novos atos de regulamentação, continuarão em vigor os regulamentos existentes sobre as matérias versadas nesta Lei, no que for com ela compatível.

Art. 30. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 1993.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Moita Bonita, de março de 1993.

*Jose Barreto de Souza*  
JOSÉ BARRETO DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

11

L E I Nº 083

DE 31 DE MARÇO DE 1993

ANEXO ÚNICO

VENCIMENTOS DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

CARGOS EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	SALÁRIO	
		VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO
Chefe da Assessoria Técnica	CNE-1	8.500.000,00	8.500.000,00
Assessor Técnico I	CC-1	7.500.000,00	7.500.000,00
Assessor Técnico II	CC-2	5.000.000,00	5.000.000,00
Assessor Técnico III	CC-3	3.500.000,00	3.500.000,00
Chefe de Gabinete, Chefe de Divisão e Assessor Técnico IV	CC-4	2.300.000,00	2.300.000,00

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	SALÁRIO	
		VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO
Encarregado de Serviços I	FC-1	1.600.000,00	1.600.000,00
Encarregado de Serviços II	FC-2	800.000,00	800.000,00
Encarregado de Serviços III	FC-3	600.000,00	600.000,00
Encarregado de Serviços IV	FC-4	400.000,00	400.000,00